



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1135

AS MEMÓRIAS DE BRAZ PONCE MARTINS E A EXPANSÃO CAFEIEIRA PARA O OESTE DO PARANÁ

Gelise Cristine Ponce Martins
(SEED/PR)

Resumo: Este trabalho discute a colonização de Jesuítas, cidade do Oeste do Paraná, a partir da autobiografia de Braz Ponce Martins, “Memorial de um Século de Cafeicultores” (2003), na qual conta a história de um sítio adquirido da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, em 1959, no então município de Formosa. Nosso objetivo é investigar o cotidiano desta pequena propriedade, com base nas lembranças de Braz, que narra em detalhes o modo de aquisição dos lotes, as formas de pagamento, as dificuldades de estabelecimento na terra, os tipos de mão de obra empregada, os produtos cultivados, a fauna, a flora e as péssimas condições das estradas de rodagem da região. O embasamento teórico-metodológico centra-se nas relações entre memória, história e cotidiano. Parte-se do pressuposto de que as lembranças pessoais se apoiam na memória coletiva, visto que para evocar seu passado, o indivíduo apela para lembranças que existem fora dele, na sociedade. Logo, toda história de vida faz parte da história geral, esta que é feita por pessoas comuns. Na análise crítica da fonte, comparamos as memórias com a bibliografia sobre a temática, reconstruindo o contexto histórico. Conclui-se que as memórias são um testemunho relevante para a compreensão da expansão da cafeicultura do Norte para o Oeste do Paraná.

Palavras-chave: Memória; Cotidiano; Cafeicultura; Colonização do Oeste do Paraná.

O presente artigo discute a colonização do município de Jesuítas, como resultado da extensão da cafeicultura do norte para o oeste do Paraná. Nossa principal fonte é a autobiografia de Braz Ponce Martins, “Memorial de um Século de Cafeicultores” (2003), na qual o autor conta a história de sua família, integrante os movimentos migratórios do final do século XIX e meados do século XX.

Primeiramente, traçamos um breve perfil do autor e as condições teórico-metodológicas que nortearam a pesquisa. Em um segundo momento, realizamos um breve levantamento bibliográfico sobre a colonização do oeste do Paraná e a fundação de Jesuítas, a fim de inserir a trajetória de Braz contexto histórico. Na sequência, adentramos na autobiografia, em que Braz narra em detalhes o modo de aquisição dos lotes, as formas de pagamento, as dificuldades de estabelecimento na

terra, os tipos de mão de obra empregada, os produtos cultivados, a fauna, a flora e as péssimas condições das estradas de rodagem da região.

Braz nasceu em 21 de abril de 1929, na cidade de Promissão, em São Paulo. Começou a redigir suas memórias no ano 2000, em uma máquina de datilografar. O livro de 128 páginas foi impresso em 2003, por uma gráfica de Cianorte. Em 9 de junho de 2004, Braz faleceu acometido por um câncer generalizado.

A família Ponce emigrou da Espanha em 1897, para trabalhar nas fazendas de café do oeste paulista. Em 1938, mudou-se para o norte do Paraná. Em 1934, Gines Ponce Alarcon, pai de Braz, comprou terras da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), na região de Londrina. Em 1953, através da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), Braz e seus irmãos adquiriram propriedades no patrimônio de Cianorte, no noroeste do Estado. Em 1959, Braz visitou as glebas de Formosa e comprou pequenos lotes da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP).

As biografias de indivíduos comuns concentram todas as características do grupo e ilustram formas típicas de comportamento (ALBERTI, 2005). Isto se deve ao fato de a memória individual não estar isolada, fechada. Para evocar seu próprio passado, um indivíduo precisa apelar às lembranças dos outros, a pontos de referências que existem fora dele, na sociedade, porque cada um é membro de vários grupos ao mesmo tempo. A memória autobiográfica se apoia na memória coletiva, pois toda a história de vida faz parte de uma história geral (HALBWACHS, 2004).

Bosi (1994) demonstra que é possível apreender uma história social bem desenvolvida nas lembranças de idosos. Quando deixam de serem membros ativos na sociedade, assumem a função própria de lembrar. E sua memória pessoal passa a ser uma memória social, familiar e grupal. Logo, as recordações de Braz, também são as de sua família e amigos e revelam a história da comunidade a qual pertenceu.

Todavia, a memória é suscetível aos esquecimentos, às manipulações e é carregada de subjetividade, pois o tempo e as experiências modificam as lembranças (PRIORI, 2010). Ao expor suas memórias, o indivíduo seleciona certos acontecimentos e estabelece entre eles conexões, produzindo uma unidade coerente onde só existem fragmentos. Trata-se de uma representação, um discurso

formulado num momento afastado da dinâmica dos acontecimentos (BOURDIEU, 2001).

O conceito de “ilusão biográfica” de Bourdieu (2001), segundo o qual o indivíduo incorpora um sentido à sua trajetória, como se tudo levasse a um fim predeterminado, é constatado nas memórias. Ao eleger o café como eixo central, Braz direciona sua trajetória ao fim único de se tornar proprietário de terras. Para conceder este “sentido” à sua vida, exclui vários aspectos da narrativa.

Segundo Burke (2008), a classificação tradicional das autobiografias como verdadeiras ou mentirosas foi sendo substituída por uma abordagem mais sutil, que leva em conta as convenções ou regras de autoapresentação em uma dada cultura, a percepção do “eu” em termos de determinados papéis (o nobre honrado, a esposa virtuosa ou o artista inspirado), e das vidas em termos de certos enredos (a ascensão da miséria à riqueza ou o arrependimento do pecador convertido).

Braz se apresenta como o “pioneiro desbravador”: “[...] pioneiro da Cariaçu [...] pioneiro de Jesuítas. A cruz de ser desbravador é muito pesada” (PONCE MARTINS, 2003, p. 81). E constrói o enredo de sua história de vida em termos da “ascensão da miséria à riqueza”. O autor demonstra como a família fugida da miséria na Espanha, ascende socialmente no Brasil, ao adquirir terras. Sua trajetória é permeada pela ideia do enriquecimento alcançado mediante um grande esforço individual.

Os historiadores que trabalham com uma fonte literária devem interrogar o papel que esta cumpre nas condições sociais e culturais de uma época e a que público se destina (FERREIRA, 2009). A autobiografia em questão é escrita para a família do autor, com a função de reacender o sentimento de pertencimento ao grupo, o orgulho das raízes, preservar sua história e torná-la conhecida pelas novas gerações.

A ênfase concedida às práticas cotidianas, no estudo das memórias, justifica-se diante do fato de os historiadores terem dedicado poucas reflexões ao tema do cotidiano, deixando-o à margem de concepções totalizantes que remetem a explicação da realidade social (CHIZZOTTI, 1992).

O termo “práticas cotidianas” foi tomado de empréstimo de Michel de Certeau, que analisou práticas cotidianas como fazer compras, caminhar pela vizinhança, arrumar a mobília e ver televisão (BURKE, 2008). Para entender como a família

Ponce dá sentido às suas práticas cotidianas, recorreremos à Chartier (2009). O autor afirma que é preciso eleger como objeto a tensão entre as capacidades inventivas e as restrições e convenções, ou seja, a posição que os atores sociais ocupam nas relações de dominação, que limitam seu pensamento e ação.

Neste sentido, consideramos que os sujeitos analisados, não obstante possuíssem liberdade inventiva e adaptassem suas práticas às suas necessidades cotidianas, estavam subjugados às relações de poder. Suas ações eram limitadas pelas leis de mercado e pelo grupo dominante, no qual se incluíam o Estado, as companhias colonizadoras e os grandes proprietários de terra.

Adotamos a perspectiva de Ferraço (2003), segundo a qual, devemos assumir os sujeitos cotidianos não só como objetos de pesquisa, mas como nossos autores. Os discursos elaborados e compartilhados por eles precisam ser pensados não como citações e/ou exemplos dos discursos dos autores acadêmicos, e sim como discursos tão legítimos e importantes quanto estes. Não se trata, portanto, de usar trechos das falas desses sujeitos apenas como ilustrações.

Jesuítas pertence à Mesorregião Oeste Paranaense e à Microrregião de Toledo. Criado pela lei estadual nº 4668, de 21/12/1962, como distrito de Formosa (atual Formosa do Oeste), Jesuítas foi elevada à categoria de município pela lei estadual nº 7304, de 13/05/1980. A origem do nome deveu-se à presença dos Kaingáng na região, catequizados pelos Jesuítas. Seu sustentáculo econômico é a agricultura e o principal produto, o café¹.

A fundação de Jesuítas insere-se no contexto da expansão da cafeicultura nos anos 50. Seguindo em sentido norte-noroeste, a produção cafeeira extravasou pelo extremo oeste, alcançando as barrancas do rio Paraná (CANCIAN, 1981). A expansão da cafeicultura deveu-se aos bons preços do pós-guerra, quando as medidas restritivas foram abolidas e a produção aumentou (LUZ, 1997).

Para o Estado, o avanço das frentes pioneiras representava a incorporação de novas terras ao processo produtivo e o conseqüente desenvolvimento econômico. Nestas zonas, as terras foram divididas em pequenas propriedades pelas loteadoras, que ofereciam facilidades de pagamento aos compradores (SERRA, 1991).

A cidade de Jesuítas é resultado dos loteamentos efetuados pela SINOP. A

¹ biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/jesuitas.pdf. Data de acesso: 16/08/2012.

Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, foi fundada em 1948, com sede em Presidente Venceslau, Estado de São Paulo. Posteriormente, sua sede foi transferida para Maringá. Atualmente, a Colonizadora Sinop é uma empresa imobiliária situada na cidade de Sinop, no Mato Grosso (ERARDI, 2007).

A SINOP adquiriu terras no Estado do Paraná e do Mato Grosso. No Paraná, colonizou as seguintes áreas: Gleba Sinop, na qual fundou a cidade de Terra Rica e o distrito de Adhemar de Barros; Gleba Atlântica, onde fundou a cidade de Iporã e os distritos de Nilza e Vila Iverã; Gleba Rio Verde-1, na qual fundou a cidade de Ubitatã e o distrito de Yolanda; e Gleba Rio Verde-2, onde fundou as cidades de Formosa do Oeste, Jesuítas e os distritos de Marajó e Carajá (ERARDI, 2007).

No dia 16 de setembro de 1959, Braz adquiriu 21 alqueires na região de Formosa do Oeste, pagando Cr\$ 32.600,00 por alqueire, num total de Cr\$684.600,00, parcelados em quatro prestações. “Na verdade, eu não podia comprar mais do que 10 alqueires. Mas aquela terra tinha a melhor mata de todas as terras do Paraná [...]. Escolhi o lote 23, 24 e parte do lote 25” (PONCE MARTINS, 2003, p.75).

O lote 23 possuía 10 alqueires, o lote 24 era de 08 alqueires e o 25-A de 03 alqueires. “O lote 22 tinha uma lagoa, comprei depois de sete anos”. Esses lotes foram escolhidos “a dedo”: “não possuíam pedras, era palmital de cima até a beira da água. A área produziu 100.000 cabeças de palmito, só com o dinheiro deles, construí a casa e derrubei um tanto de mato” (PONCE MARTINS, 2003, p.75). Braz narra a viagem para conhecer o local, descrevendo a fauna e a flora da região, bem como as negociações com a SINOP:

No casamento de Maria, a filha do compadre Augusto [...], encontrava-se Manaita Kiara, pioneiro no plantio de café na Cariaçu-Rodeio e em Jesuítas também. Ele fala em terras. Estão vendendo terras na região de Formosa e na semana que vem, vai um corretor, o Sr. Raul Batista, da SINOP e me pediu para organizar uma caravana de 12 pessoas, viajarão em jipes. Você quer ir também? [...] Eu já estava com vontade de uma boa aventura. Topei a parada. Nas duas conduções foram 13 candidatos [...]. Naquele tempo, para chegar a Formosa, viajava-se mais de 200 km. A futura cidade só tinha o hotel, o escritório da SINOP e o campo de aviação. Havia o início de casas de comércio. As terras ao redor de Formosa já estavam todas vendidas. Estavam em negócio as terras do bairro Bonito, que compreendia os rios Jesuítas, Rio Verde e Piquiri, mas as mais altas, boas para café, não havia mais. No dia seguinte, os 13 compradores mais o mostrador Zezinho Batista, foram levados pela estrada Itacolomi [...] chegando mais ou menos onde era a Fazenda

Mirante, que já tinha café plantado. Era o fim da estrada, partimos para o picadão em direção ao Rio Verde [...]. Passamos pelo lote de 6 alqueires que estava disponível e o reservei para mim [...]. Na cabeceira do Continental a terra continha um pouco de areia. Eu peguei um pouco desta terra, pressenti que possuía um pouco areia e mostrei ao indicador, o homem deu uma bronca danada. Aqui não tem areia coisa nenhuma, é terra roxa pura [...]. Depois do lote aberto, ele recolhia areia e vendia para os pioneiros, latas e mais latas de areia. Chegando na estrada Londrina, dava para ver que a estrada descia de repente, havia pedras, pedregulhos e a vegetação era de terras baixas, além de taquari bengala, pintava alguns mandacarus. Eu mesmo falei para o Manaita, vamos voltar para mim não interessa. O corretor falou agora não adiantava voltar, que era mais longe. Aí apareceu um colega de viagem com um pão caseiro de uns 25 cm de comprimento, ele resolveu dividi-lo em 15 pedaços mais ou menos iguais, o meu pedaço dava para ver o sol do outro lado. Enfim, já era uma hora da tarde, deu para aliviar um pouco a fome, mas a sede continuava. Havia muitos pássaros, nhambus, urus, macucos, jacus e jacutingas, e às vezes grandes animais, como a anta que assustou a gente [...]. Descemos até onde seria a futura estrada para Assis e voltando para a direção de Formosa, subimos novamente pela Itaguajé. Pouco depois, pegamos um novo picadão que nos levou ao acampamento dos picadeiros e agrimensores. Já passava das cinco da tarde. O mestre cuca estava preparando uma panela de macarrão com farinha de mandioca [...]. Foi o melhor macarrão que comi na minha vida [...]. Chegamos nos jipes à noite. No dia seguinte, voltamos para a gleba [...]. Aí vi a cabeceira do lote de 15 alqueires e somando com os 6 alqueires da areia, somariam 21. Voltando para Formosa, dei o sinal de 10% para garantir os lotes que estavam disponíveis. As terras eram vendidas em quatro prestações: 40% ao fazer o contrato e mais três pagamentos iguais de 20% cada. Quando fui à Maringá, na sede da Companhia, para acertar os 40% da primeira prestação, fui chamado pelo engenheiro chefe o Sr. Theodoro, que me disse que os 15 alqueires da estrada Londrina haviam sido negociados dois dias antes. [...] Ele reservara a uns 5 km dos seis alqueires, três lotes de cinco alqueires, cada um pior que outro. Respondi a ele que devolvesse os meus 10%. Eu compraria terras altas porque pretendia plantar café, em lugares baixos de jeito nenhum. Calma, Sr. Braz, como o Sr. é comprador em potencial, vamos abrir uma exceção, o Sr. vai ser o primeiro a adquirir terras no bairro Progresso, se não houver problema da sua parte, pode adquirir os 21 alqueires num bloco só. Aqui está o mapa, combine com o Zezinho, e vá novamente à gleba e combine ao seu gosto. E assim foi feito (PONCE MARTINS, 2003, p.73-75).

Era difícil Braz visitar a propriedade regularmente, por falta de transporte. Somente um ano depois, retornou ao sítio, para limpar as divisas. “Peguei carona com o vizinho Jacinto Peres, o caminhão foi lotado de sitiantes e candidatos a empreiteiros [...]. Naquele dia chegamos tarde em Jesuítas, já havia algumas casas, mas a cidade não tinha nome registrado. Falavam em Progresso, Nova Guarani,

mas depois foi Jesuítas mesmo”. Na viagem de volta, depararam-se com uma onça atravessando a estrada, nas matas de Bandeirantes do Oeste (PONCE MARTINS, 2003, p.75-76).



Primeira visita às terras de Jesuítas (1959).
Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p. 70.

Primeiras casas da futura cidade de Jesuítas (1960). Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p. 76.

Um empreiteiro e alguns trabalhadores volantes plantaram os primeiros 6.500 pés de café, com cereais intercalados, no ano de 1960. “Quando acabei de pagar já existiam 14.500 covas de café plantado, [...] formados pelo Senhor Josias Francisco Regis, [...] e dos lucros que obtive comprou 22 alqueires para ele e sua família” (PONCE MARTINS, 2003, p.70). Posteriormente, além de café, Braz, seus parceiros e arrendatários produziram algodão, soja e milho na Fazendinha Santa Cruz.

Em 30 de agosto de 1960, “picaretas de palmitos” foram à casa de Braz. “Nós estamos aqui para negociar os palmitos de seus 21 alqueires. Quanto você quer neles? Cr\$150.000,00 respondi. Nós podemos pagar noventa mil cruzeiros”. Braz propôs Cr\$ 120,00 e os compradores cem mil. “Nesse momento fiquei pensando... havia muito roubo de palmitos na região, se não vender... eles sabem que estou na pior... sem condução para vigiar minha área, é visto que eles vão me roubar...” O negócio foi fechado por Cr\$105.000,00 (PONCE MARTINS, 2003, p.77).

Em 30 de setembro de 1960, Braz precisava pagar a prestação da propriedade, no valor de Cr\$ 136.920,00, quantia que não dispunha. “Tinha comentado com ele [Indalécio] que se o Sr. Pepino, gerente da SINOP, não aceitasse os Cr\$50.000,00 por conta, para o pagamento do saldo junto a 2ª prestação, eu teria que vender 5 ou 10 alqueires”. Braz foi para Maringá com Indalécio, que seguiu para Rolândia. A quantia foi aceita e Braz arrumou uma carona

de volta para Cianorte. Mas acabou se acidentando na estrada (PONCE MARTINS, 2003, p.78).

Naquele tempo, a maioria dos veículos era Jeep. Arrumei um modelo 1951, que se dirigia a Dr. Camargo. Passando por Paiçandu, deram uma parada num bar, para tomar um aperitivo. Na condução eram quatro passageiros: motorista (imprestável e incompetente), o dono do Jeep, ao lado com o braço no teto do Jeep, eu e mais um senhor bem de idade, pelo sotaque era português. Na parte traseira do veículo, além de nós, ia a mercadoria, inclusive uma caixa de sabão. O motorista era descendente de italianos, vinha a viagem inteira se gabando, falava que era condutor há muito tempo. Nunca tinha acontecido nada com ele. [...] Antes do asfalto atual, a estrada passava pelo espigão da serrinha, era muito perigosa, cheia de curvas e mal conservada. Às vezes, era pedregosa e em outros trechos, barrenta. Já eram 19 horas, estava escuro e nublado, numa curva estava um caminhão Mercedinho “cara chata”, estacionado na contramão com as meia luzes acesas. O nosso motorista falante, esterçou o Jeep muito rapidamente, caindo a roda num buraco e o veículo tombou para a mesma direção. Eu como sempre andando prevenido, saquei meu canivete, antes dele acabar de tombar, meu canivete já estava aberto, porque em caso de incêndio eu metia o cortante da lona no teto e dava no pé. O dono do Jeep como a tempo já vinha com o braço de fora no teto, aquela armação de ferro acima da janela pegou o seu braço e o comprimiu sobre o chão. [...] ao motorista papudo não lhe aconteceu nada [...]. No tombamento eu fui parar em cima do português e a caixa de sabão em cima de mim. [...] O dono do Jeep foi medicado numa farmácia em Dr. Camargo. Eu fiquei aguardando carona para Cianorte, logo apareceu uma perua de um picareta cheia de “jacus” (compradores de terras), o motorista disse: – Sempre cabe mais um (ele pensava era na subida da vaca morta, a primeira além Ivaí). Tinha chovido muito, a subida estava super lisa e escorregadia, e aí desceu todo mundo, e ficamos completamente embarcados [...]. Quando a perua pegou a Avenida São Paulo [...] desci todo embarcado, feito um pinguço de terra roxa em dia de chuva, eram 11 horas e meia da noite [...]. Ainda não tinha parentes aqui, pensão e táxi naquela hora da noite era impossível [...]. Resolvi botar o pé na estrada [...] cheguei em casa eram quase três horas da manhã (PONCE MARTINS, 2003, p.78-79).

Em 1961, Braz e seu amigo Sebastião pegaram carona com Takeu, para limpar picadas. “Só na estrada dá uns 15 km e mais 2,5 km de picadas a serem limpas. Feito o serviço, voltamos para o sítio do Takeu. Lá disseram que ele ia esperar no hotel no dia seguinte, e era para nós pegarmos outra carona e pousarmos no hotel também, para no outro dia partimos para Cianorte” (PONCE MARTINS, 2003, p.75).

Mas não conseguiram uma carona e tiveram que caminhar por 40 km. “Ele variou a noite inteira, eu, para dormir, bebi um copo lavrado de pinga. Sebastião

nunca mais quis limpar picadas” (PONCE MARTINS, 2003, p.75-76). Neste mesmo ano, Braz foi procurado pelo senhor Josias:

[...] um pernambucano e sua família, bem grandinha por sinal [...]. Josias e seu irmão Nicolau se entusiasmaram com o lugar e toparam a formação do cafezal. Mandaram rascunhar o contrato, fiz e li a eles um contrato muito bom, por 6 anos. Quarto ano produção toda para eles, casa feita. Carreadores e terreiros tudo ou quase tudo por conta deles. As covas seriam grandes com oito pés (troncos) cada. No fim de 1961 mudaram para lá, sofreram muito e eu também. Em 1962, a área já estava pronta para o alinhamento e depois coveamento. Os palmiteiros eram tantos que quando fazia esse serviço em companhia deles era difícil botar os pés no chão. Quando acabei de fazer tal serviço, morava junto a eles, a comida era arroz com macarrão. Um ano depois era o contrário, feijão com macarrão [...]. Quando foram para lá levaram bastante arroz, depois plantaram arroz e feijão, mas só produziu o feijão (PONCE MARTINS, 2003, p.79-80).

Concluída a limpeza da área, Braz desceu pela estrada Itaguajé, atrás de uma carona. “Portava a pasta com coisas de uso pessoal e mais um revólver, o pessoal do Josias estava comigo, quase no cruzamento apareceu uma cobra, dei dois tiros nela, nisso escuto barulho de caminhão, não tirei as balas detonadas da arma. O caminhão para e me dá carona” (PONCE MARTINS, 2003, p.80). Em Goioerê, Braz pegou um ônibus para Cruzeiro do Oeste. Quando chegou, o ônibus para Cianorte já partira.

Era dia 11 de fevereiro de 1962, estava com pressa de chegar em casa [...]. Fiquei na saída para Cianorte, perto de um posto, chegou um Jeep com placa de Cianorte: – O senhor vai para Cianorte? Vou sim senhor, aguarda um pouco disse ele. De repente chegaram dois policiais, um branco outro negro: – Vamos para a delegacia fazer uma acareação, houve um crime pelas bandas de Alto Piquiri e pela sua fisionomia temos que averiguar. Fomos para a delegacia, começou o interrogatório, abriram a pasta e deram com o revólver e duas cápsulas detonadas... Parece que é o senhor mesmo o suspeito. Eu tinha feito um empréstimo com mamãe e aquilo constava no meu talão de cheque [...] – O delegado só vem amanhã, o senhor tem aguardar até lá. Fui preso, é claro, na boca da noite aqueles dois elementos se mandaram. Meu companheiro de cela era um preto bêbado que cantava seguidamente a “pampa mia”, dizem que estava preso porque roubou os perus do delegado. Lá pelas nove horas da noite, veio um “Habeas Corpus” clandestino, era claro: – Nós vamos libertar o senhor, promete algo pra nós e mais papo furado. Não fui na deles... Não, vou ficar até amanhã, falarei com o delegado. Às nove horas da noite, sem dinheiro, portava mais ou menos Cr\$1.500,00, mas isso eles já tinham afanado. No meu pensar, a minha liberdade ia ser efêmera, a cadeia era no meio de

uma grande quiçaça. Me obrigariam a assinar o cheque e me dariam uma porrada na cabeça e no dia seguinte estaria eu com a boca cheia de formigas [...]. Lá pelas cinco de “la matina”, apareceram os policiais me propondo assinar uma folha de papel alçaço pautada com a relação dos objetos pessoais que na hora da soltura eu iria receber. Naquela minha idade tinha a visão muito boa. Vi um cheque onde iria assinar, entre duas linhas fizeram um buraco no papel. Respondi a eles que não assinava “bosta nenhuma”, escutei eles falarem: Esse é um “Caxias” [...]. Quando raiou o dia 12, chegou um policial com cara de bonzinho e perguntou aos outros: – Porque este senhor está preso? Pelo jeito esse senhor nada deve [...]. Às oito horas me liberaram, começaram a entregar minhas coisas, dei por falta de meu relógio Ômega e da folha de cheque, mostrei aos policiais (não aqueles que me prenderam, outros): – Você acha que nós policiais pegariamos sua folha de cheque? E me deram um possante soco na boca do estômago e outro no cangote [...]. E o relógio o office-boy foi ao correio e levou consigo. O desgraçado me apareceu quase nove horas com o bendito relógio de estimação. Mais depressa me dirigi ao banco, mostrei ao gerente que estava rodeado de clientes: – Tudo bem, mas se manda mais depressa possível para Cianorte, porque eles vão cobrar o cheque lá. Peguei um Jeep de praça bem em frente banco e expliquei meu caso ao motorista, combinado, seguimos imediatamente para Cianorte. Ele disse que toda a semana acontecia isso com diversos fazendeiros e sitiantes. O taxista parecia estar mais apressado do que eu, passou perto do posto e não abasteceu, chegando perto de Tapejara a gasolina do Jeep findou. Passou o ônibus em direção a Cianorte, pensei, lá se vão meus oitenta mil... Nisso, passou outra condução e nos emprestou gasolina. Chegando em Cianorte, ao meio dia, cancelei o cheque e retirei dinheiro para pagar o taxista. Com essa inesperada desventura, a Fazendinha Santa Cruz foi debitada com nove mil cruzeiros (PONCE MARTINS, 2003, p. 80-82).

Este trecho da autobiografia mostra que Braz andava armado, o que fez com que fosse confundido com um bandido e passasse a noite na prisão. E que policiais corruptos tentaram lhe extorquir dinheiro. Mas que mais chama a atenção, é o fato de o taxista ter lhe dito que este golpe era comum, acontecia toda a semana com fazendeiros e sitiantes. As áreas de colonização eram realmente terras sem lei.

Em 1965, Braz e sua família foram para a Fazenda Santa Cruz, a fim de construir uma casa de madeira de 45 m², “para abrigar o Sr. Francisco Mendes, um novo porcentageiro para a formação de mais 13.000 covas de café no lote 23 de 10 alqueires” (PONCE MARTINS, 2003, p.84).

Na ida, a caminhonete 37 quebrou na estrada de Campo Mourão para Peabiru. A família improvisou um fogão e uma barraca, comeu e dormiu ali mesmo. Os moradores das proximidades pensaram que fossem ciganos. No dia seguinte, a caminhonete foi consertada. Na fazendinha, demoram mais de um mês para

construir a casa. “O cunhado Alcides, Ramon e Gines dormiram na casa do Josias. Eu e a Mariana dormimos em cima do arroz; quando dormíamos alguns ratos passavam por nós” (PONCE MARTINS, 2003, p.85).

Na volta, por causa da chuva, havia atoleiros na estrada e Braz os contornava atravessando no meio de pastos. Nesta parte, vemos que estradas da região eram precárias e que Braz continuava armado: “Quando chegamos perto de São Lourenço à noite, num lugar havia um grande pau atravessado na estrada, deixei a máquina funcionando e gritei para o Alcides, que se encontrava na carroceria, para que pegasse a winchester e ficasse de prontidão. Mas parece que ele estava dormindo. Bem depressa tirei o obstáculo e segui viagem” (PONCE MARTINS, 2003, p.85).

Em 31 de agosto de 1967, Braz comprou o lote 22 de 8,64 alqueires anexo aos demais e a fazendinha ficou com quase 30 alqueires. “Para adquirir esse lote (que já tinha enfeitado em 1959), fui atrás do proprietário que abria sítio em Rosário do Ivaí [...]. Fiz o negócio por sete mil cruzeiros, dando sinal de um mil cruzeiros”. No dia 10 de novembro, o dono foi a São Tomé buscar o restante do pagamento e recebeu os seis mil cruzeiros em dinheiro. “Depois voltamos a Maringá e a SINOP transferiu o lote para nós” (PONCE MARTINS, 2003, p.87-88).

Braz conta várias façanhas do jipe. Em um sábado, partiu com o jipe para Jesuítas e, em Tuneiras do Oeste, passou por cima de troncos enormes de árvores, jogados no meio da estrada. “Engrenei a tração dianteira e reduzida e a primeira é claro, este Jeep se Deus quiser vai pular todos esses paus e é já” (PONCE MARTINS, 2003, p. 82). O jipe também salvou Braz dos encalhes:

Tinha chovido muito [...] na rota de Jesuítas [...] quase chegando ao rio Goio-Ere, tinha uma grande lagoa de água [...]. De ambos os lados muitas conduções e na frente tinha um ônibus, cujo motorista [...] me indagou se tinha coragem de atravessar, respondi a ele que sim, mas com uma condição: se eu fosse infeliz na travessia [...] teriam que me desencalhar [...] passei e recebi muitos aplausos (PONCE MARTINS, 2003, p. 82).

Em 1969, o jipe transportou 12 pessoas por 800 km! “Vieram de São Paulo a família de Antônio Madureira composta de 5 pessoas. [...] A nossa, dois adultos e 4 crianças. [...] eu fiz uma caixa para colocar as bagagens parafusada no rabicho do Jeep. O roteiro era Jesuítas, Sete Quedas, Serra das Flores, perto de São Jorge do Patrocínio e Cianorte. [...] um motorista ainda pegou carona por 5 km em pé, sobre a

caixa de bagagens” (PONCE MARTINS, 2003, p. 82). Em 07 de agosto de 1969, o jipe foi trocado por uma Pick-up Ford zero quilômetro.

A Fazendinha Santa Cruz foi vendida por R\$ 450.000,00, em decorrência do cansaço que Braz, já em idade avançada, apresentava em ter que viajar regularmente para visitar a propriedade muito distante de Cianorte². “Desanimei e vendi a propriedade em 11 de novembro de 1999, foram 40 anos de amor e tristezas, lucros e perdas” (PONCE MARTINS, 2003, p. 109).



Vista aérea da Fazendinha Santa Cruz (1999). Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p. 110.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. Os historiadores e a fonte. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade. Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense (1900-1970)**. Curitiba: Grafipar, 1981.

² PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 16 de março de 2012.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. O cotidiano e as pesquisas em educação. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1992.

ERARDI, Luiz. Santos. **Raízes da História de Sinop**. Sinop: GRAFITEC, 2007.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, Regina Leite (org.). **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Maringá: Prefeitura Municipal, 1997.

PONCE MARTINS, Braz. **Memorial de um Século de Cafeicultores**. Cianorte: Gráfica e Editora Bacon Ltda., 2003.

PRIORI, Angelo. Memória individual, memória coletiva. In: **Introdução aos estudos históricos**. Maringá: EDUEM, 2010.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Rio Claro, 1991. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.